



CNPJ: 18.667.212/0001-92

Praça José Capistrano de Paiva, 69 – Telefax: (35) 3364-1206 CEP: 37468-000 - Pouso Alto – Minas Gerais

Projeto de Lei Ordinária nº 00, de 05 de Março de 2013.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com entidades e organizações de assistência social, bem como instituições aptas a ofertar serviços, desenvolver programas, projetos e benefícios socioassistenciais, e dá outras providências".

O povo do Município de Pouso Alto MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria com entidades e organizações de assistência social, bem como instituições aptas a ofertar serviços, desenvolver programas, projetos e benefícios socioassistenciais, regularmente inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Pouso Alto, para atendimento aos usuários, principalmente aqueles em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal.

Parágrafo único – Para efeito desta Lei, considera-se, nos termos da Resolução CNAS N° 16, de 05 de maio de 2010:

- I Entidades de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;
- II Entidades de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS.
- III Entidades de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania,



CNPJ: 18.667.212/0001-92

Praça José Capistrano de Paiva, 69 – Telefax: (35) 3364-1206 CEP: 37468-000 - Pouso Alto – Minas Gerais

enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS.

- Art. 2º As atividades a serem promovidas pelas entidades e organizações de prestação de serviços com as características acima descritas serão apresentadas através de projetos e programas, sendo, obrigatoriamente, submetidos ao CMAS e prestados aos usuários inscritos no Centro de Referencia da Assistência Social CRAS e acompanhados por este equipamento.
- Art. 3º Os recursos financeiros a serem repassados para custear as ações e atividades referidas nesta lei serão oriundos do Fundo Municipal da Assistência Social FMAS, obedecido o projeto apresentado e aprovado pelo CMAS, devendo ser adotado planejamento anual das atividades, a fim de serem programados os custos e incluídos na previsão orçamentário-financeira.
- **Art.** 4º A prestação de contas deverá ser apresentada ao CMAS para análise e aprovação, através de documento escrito, contendo as atividades realizadas, a especificação do público atendido, bem como os valores correspondentes, até o último dia do mês subsequente ao recebimento do repasse financeiro.
- **Art.** 5° O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, cujas despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.
 - Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 7º Revoga-se a Lei Ordinária nº 361, de 25/04/2012 e quaisquer outras disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pouso Alto, 05 de Março de 2013.

Paulo Mancilha Rangel Prefeito Municipal

Josy Alzira de Souza Negreiros Chefe de Gabinete



CNPJ: 18.667.212/0001-92

Praca José Capistrano de Paiva, 69 – Telefax: (35) 3364-1206

CEP: 37468-000 - Pouso Alto - Minas Gerais

Mensagem nº 10/2013

ASSUNTO: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com entidades e organizações de assistência social, bem como instituições aptas a programas. benefícios desenvolver projetos servicos. ofertar socioassistenciais, e dá outras providências.

PROPONENTE:

PODER EXECUTIVO.

TRAMITAÇÃO:

PROCESSO LEGISLATIVO COMUM.

FUNDAMENTAÇÃO: Competência: Art. 242, Art. 226, Art. 185, I e Art. 148

da Lei Orgânica do Município.

DATA: 05/03/2013

Senhor Presidente, Senhores Vereadores;

Enviamos à apreciação desta Egrégia Casa, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com entidades e organizações de assistência social, bem como instituições aptas a ofertar serviços, desenvolver programas, projetos e benefícios socioassistenciais, e dá outras providências.

A Constituição Federal em seu Art. 203 prevê que "A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social,...". Portanto, não apresenta caráter de seguro social sendo financiada por recursos do orçamento da seguridade social e outras fontes. Organiza-se com base na descentralização político-administrativa, sendo papel da esfera federal coordenar e criar normas gerais, e das esferas estadual e municipal a obrigação de coordenar e executar os respectivos programas. O controle social deve se consolidar na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, inclusive no municipal.

PROTOCOLO GERAL 0000120 Data: 08/03/2013 Horário: 15:05 Administrativo -

CNPJ: 18.667.212/0001-92

Praça José Capistrano de Paiva, 69 – Telefax: (35) 3364-1206 CEP: 37468-000 - Pouso Alto – Minas Gerais

Para o exercício de ações em sua área de atuação, a Assistência Social do Município, muitas vezes, necessita de firmar parcerias com entidades e organizações capazes de ofertar atividades e serviços voltados à assistência dos usuários alheios à capacidade física e/ou técnica do serviço público municipal.

Cita-se como exemplo as atividades mencionadas na Lei Ordinária nº 361, de 25/04/2012 que permite ao Município firmar parcerias para oferecer atividades assistenciais de inserção das pessoas inscritas em Programas do Ministério do Desenvolvimento Social; no entanto, restringe, ao máximo, desde o tipo e a escolha das ações, passando pela definição de valores sem previsão de reajustes, e até mesmo especifica quais seriam as únicas duas entidades possíveis para a contratação.

Tem-se que a referida lei se encontra desatualizada, pois outras ações podem ser desenvolvidas além das arroladas em seu Art. 2°, outras instituições e organizações do Município podem ser parceiras na execução dos serviços de assistência social e os valores nela explicitados necessitam ser revistos, pois, ao definir tais importâncias e não prever fatores de atualização ou ampliação, engessa e dificulta o custeio das atividades a cada ano que se passa.

Neste sentido, a Resolução nº 16, de 05/05/2010 do CNAS define quais são as entidades consideradas de assistência social e garante maior certeza e legitimidade às parcerias que podem ser firmadas e indica as diretrizes que devem ser adotadas nas demais esferas de Governo. E, no mesmo páreo, o Conselho Municipal de Assistência Social é o instrumento capaz de identificar, priorizar, acompanhar e fiscalizar todas as atividades necessárias ao serviço e ao atendimento aos usuários, visto que é peça fundamental na definição das

CNPJ: 18.667.212/0001-92

Praca José Capistrano de Paiva, 69 - Telefax: (35) 3364-1206

CEP: 37468-000 - Pouso Alto - Minas Gerais

políticas públicas e na implementação de ações destinadas ao fortalecimento das atividades socioassistenciais de um Município.

Assim, pela comprovada necessidade de se instituir no Município de Pouso Alto uma norma que permita a expansão da assistência social para atendimento aos usuários, principalmente àqueles em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal, encaminho este projeto de lei para vossa apreciação.

Certos da adequada atenção e do pronto atendimento que o tema merece, colocamo-nos à disposição no que for necessário para discussão e aprovação do presente projeto.

Sem mais, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Paulo Mancilha Rangel Prefeito Municipal

EXMO SR.

VEREADOR JOSÉ RAIMUNDO MACIEL PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE

POUSO ALTO - MG